

O DEPARTAMENTO JURÍDICO XI DE AGOSTO: 100 ANOS DE ENSINO E AÇÃO SOCIAL

A missão do Departamento Jurídico XI de Agosto é prover de orientação jurídica e serviços de advocacia gratuita a população mais carente e desassistida de São Paulo. Há cem anos, em 9 de setembro de 1919, foi fundado sob a denominação de Assistência Judiciária Acadêmica, por iniciativa do Centro Acadêmico XI de Agosto. Hoje é uma entidade plenamente estabelecida. Administrada por estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, conta com muitos apoios na área jurídica e a colaboração de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais, para a importante ação social que realiza.

São as necessidades da população que direcionam sua atuação. Assim, alguns campos se sobressaem como aqueles em que há maior demanda e serviços jurídicos prestados, como a regularização de situações pessoais e de família, problemas de moradia e defensoria de presos, de par com o combate à violência e à discriminação de indivíduos e grupos minoritários ou vulneráveis.

Para os estudantes, o estágio no Departamento Jurídico é uma experiência muito rica. É escola prática de advocacia e escola de vida. Além de receber orientação de advogados atuantes, têm oportunidade de tratar diretamente com os clientes e os assistidos, solidariedade dos estagiários entre si, entre estes e os advogados orientadores e os funcionários mais que dedicados. A solidariedade de antigos estagiários para com o DJ manifesta-se muitas vezes em ações colaborativas ao longo de toda a vida.

Solidariedade

Solidariedade é a palavra que melhor define o espírito do Departamento Jurídico, mais comumente referido apenas como DJ. Solidariedade para com as causas sociais e os assistidos, solidariedade dos estagiários entre si, entre estes e os advogados orientadores e os funcionários mais que dedicados. A solidariedade de antigos estagiários para com o DJ manifesta-se muitas vezes em ações colaborativas ao longo de toda a vida.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Vahan Agopyan, Reitor
Antonio Carlos Hernandez, Vice-Reitor

FACULDADE DE DIREITO

Floriano de Azevedo Marques Neto, Diretor
Celso Fernandes Campilongo, Vice-Diretor

COMISSÃO DO MUSEU

Ivette Senise Ferreira, Presidente
Ignacio Maria Poveda Velasco, Vice-Presidente
Heloisa Maria Silveira Barbuy
Maria Cristina da Silva Carmignani
Samuel Rodrigues Barbosa

Servidores

Maria Lucia Beffa
Maria Luíza Mello Isern
Hideo Suzuki

Entidades

José Carlos Madia de Souza
(Associação dos Antigos Alunos)

COLABORAÇÃO EM PESQUISA E TEXTOS

Tatiane Gomes da Silva

COLABORAÇÃO

Equipe da Biblioteca da Faculdade de Direito
Leonidas Jean Balabakis (Serviço Técnico de Imprensa)

ASSESSORIA MUSEOLÓGICA

Julio Abe Wakahara

ARTES GRÁFICAS

Claudio Wakahara

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

Harpia Produções – Haroldo Kinder
Fernanda Cristina Scalvi

AGRADECIMENTOS

Professora Simara Juny de Abreu Chinellato, Professor Walter Piva Rodrigues, Diretor do DJ João Francisco Aguiar, Diretora de relações públicas do DJ Leticia Meirelles Toledo Ramos Batista; Funcionário do DJ Sr. Benedito Vitor Januário dos Santos (Vitão), Funcionário do DJ Sr. Wilson José da Silva Xavier, Funcionária do DJ Sra. Ana Oliveira, Doutorando Ariel Engel Pesso, Doutorando Diego Amorim Grola, Museu Paulista-USP (Museu do Ipiranga). A Cássio Schubsy *in memoriam*.

APOIO

Levy & Salomão Advogados

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Luiz Carlos. *Introdução à História do Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

CÂMARA, Nelson. *O advogado dos escravos*: Luiz Gama. São Paulo: Lettera doc, 2010.

FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*: poema, artigos, cartas, máximas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

GROLA, Diego Amorim (pesquisas e textos). *Exposição Departamento Jurídico XI de Agosto, 90 Anos*. São Paulo, Departamento Jurídico XI de Agosto, 2009.

MACHADO JR., Armando Marcondes. *Centro Acadêmico XI de Agosto, Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Mageart, 2006. 6v.

PESSO, Ariel Engel. Departamento Jurídico do Centro Acadêmico "XI de Agosto": experiência histórica e perspectivas frente ao ensino jurídico. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.111, p.751-794, jan./dez. 2016.

SCHUBSKY, Cássio. *Escola de Justiça: História e Memória do Departamento Jurídico XI de Agosto*. São Paulo: Departamento Jurídico XI de Agosto; Imprensa Oficial, 2010.

FONTES

Revista e jornal *XI de Agosto*, consultados no Arquivo e na Biblioteca da Faculdade de Direito.

Jornais diversos.

Arquivo e site do Departamento Jurídico XI de Agosto.



A ASSISTÊNCIA JURÍDICA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DO DIREITO

Idade Média

O Direito Canônico deixou um vasto legado em vários ramos do direito, especialmente no campo do processo, como precursor da assistência judiciária gratuita moderna.

No auge do poder temporal da Igreja, a partir do século XIII, foram instituídos, pelo Papa Inocêncio III, vinte e quatro procuradores, com a finalidade de atender pessoas carentes de recursos, os quais prestavam juramento ao compromisso assumido. No papado de Honório III (1216-1227) foram instituídos os *advocati pauperum* (advogados dos pobres), que atuavam no processo canônico, destinados a atender as viúvas, os órfãos e todos aqueles que fossem carentes, como consta das Decretais. Destaca-se a figura de Santo Ivo (1253-1303), que por sua caridade ganhou o título de advogado e protetor dos pobres: bacharel em Direito Canônico e Direito Civil, estabeleceu escritório para atender os pobres e desamparados.

Saint Yves ou Santo Ivo é o padroeiro dos advogados. Notabilizou-se, no século XIII, por defender as pessoas pobres.



Brasil Império



Brasão do Brasil na época do Império.

No Brasil, durante o Império, alguns diplomas legais mostravam uma preocupação com o amparo aos mais necessitados, mas apenas com relação à isenção parcial de custas judiciais.

Lei Nº 261, de 1841 - reformou o Código de Processo Criminal do Império:

Art. 99. Sendo o réu tão pobre que não possa pagar as custas, perceberá o Escrivão a metade dellas do cofre da Camara Municipal da cabeça do Termo, guardado o seu direito contra o réo quanto á outra metade.

Regulamento Nº 120, de 1842 - regulou a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841

Art. 469 Se o réo condemnado fôr tão pobre, que não possa pagar as custas, o Escrivão haverá metade dellas do cofre da Camara Municipal da cabeça do Termo; ficando-lhe salvo o direito para haver a outra metade do mesmo réo, quando meliore de fortuna

Brasil República



Brasão do Brasil República

A preocupação com a assistência judiciária aos mais pobres começa a se delinear em termos oficiais a partir do final do século XIX, com o advento da República, por meio do Decreto n. 1.030, de 14 de novembro de 1890, que em seu artigo 176 previa a organização no Rio de Janeiro de uma comissão de patrocínio gratuito dos pobres, no crime e no cível, o que depois foi seguido por outros Estados.

Decreto nº 1.030, de 1890 - organizou a Justiça no Distrito Federal.

Art. 176. O Ministro da Justiça é autorizado a organizar uma comissão de patrocínio gratuito dos pobres no crime e cível, ouvindo o Instituto da Ordem dos Advogados, e dando os regimentos necessarios.

Mais recentemente, a assistência judiciária gratuita foi elevada a nível constitucional a partir da Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 5º, incisos LXIII e LXXIV, assegurando ao detento um defensor e atribuindo aos Estados a obrigatoriedade de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Constituição Federal de 1988 - Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

“CAUSAS DE LIBERDADE”: ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA PARA PESSOAS NEGRAS ESCRAVIZADAS ILEGALMENTE NA SÃO PAULO DO SÉCULO XIX

LUIZ GAMA, o mais notório precursor da assistência jurídica gratuita em São Paulo



Luiz Gonzaga Pinto da Gama.
Foto Militão Augusto de Azevedo.
Acervo: Museu Paulista/USP

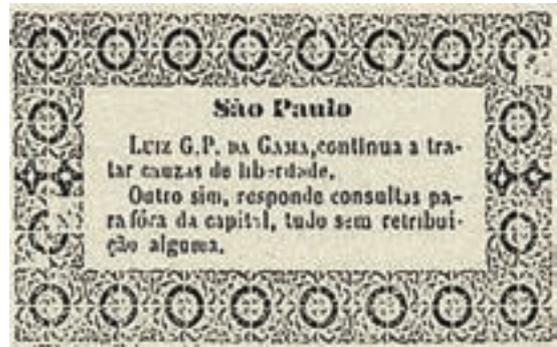
Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi menino nascido livre, em Salvador, Bahia, filho de Luiza Mahin, negra livre, e de pai fidalgo. Aos 10 anos de idade foi vendido como escravo pelo pai. Veio dar em São Paulo, onde viveu como escravo doméstico, realizando serviços de copeiro, sapateiro, lavagem, engomagem e costura de roupas. Aos 17 anos, travou amizade com o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, pensionista na casa onde se encontrava (e mais tarde

formado em Direito no Largo de São Francisco, na turma de 1858), que o ensinou a ler e escrever. Logo depois, em 1848, por já saber ler, descobriu provas de que era livre por lei. Fugiu da casa onde se achava escravizado e tornou-se soldado. Depois passou a exercer função de escrivão em diversas repartições públicas e em 1856 foi nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde atuou no gabinete de Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça – o Conselheiro Furtado – famoso professor da Faculdade de Direito e chefe de Polícia de São Paulo, de quem conquistou a estima e a proteção, segundo suas próprias palavras. Teve também grande amizade com o Professor José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço, que fez a apresentação de seu livro de poesias. Foi muito próximo do Professor José Rubino de Oliveira, também negro, e do poeta Castro Alves, entre muitas outras figuras ligadas às Arcadas.



Luiz Gonzaga Pinto da Gama. Foto Militão Augusto de Azevedo.
Acervo: Arquivo Nacional

Correio Paulistano, ed. 04033, 30 de novembro de 1869, p. 3

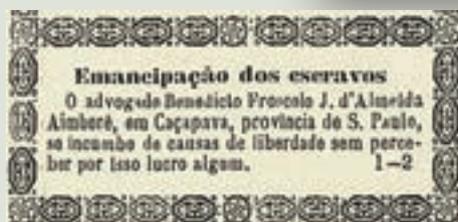
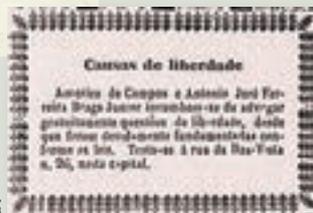


Correio Paulistano, ed. 04103, 1 de março de 1870, p. 3



Correio Paulistano, ed. 04033, 30 de novembro de 1869, p. 3

Correio Paulistano, ed. 04115, 18 de março de 1870, p. 3



Correio Paulistano, ed. 04041, 12 de dezembro de 1869, p. 3

Luiz Gama frequentou as aulas da Faculdade de Direito como ouvinte. Embora outros negros tenham conseguido matricular-se e diplomar-se regularmente nas Arcadas naquele tempo, para ele isso não foi possível. Nos anos 1860, porém, Luiz Gama tornou-se advogado provisionado, isto é, autorizado a exercer a profissão mesmo sem diploma, de acordo com a legislação da época. É nesta condição que defendeu, gratuitamente, mais de 500 escravos, muitos deles libertados graças à sua atuação. Constituiu-se, assim, no mais notório prestador de assistência jurídica e judiciária gratuita na São Paulo do século XIX. Além disso, com grande frequência, publicou artigos em jornais, defendendo a Liberdade. Escolheu, assim, o caminho do Direito conjugado à livre expressão de ideias e com toda a força dedicou sua vida à causa da Liberdade.

Outros, seus companheiros do Partido Liberal, da loja maçônica e abolicionista América ou das redações de jornais, como Américo de Campos (turma de 1860), também prestaram o mesmo tipo de assistência.



Pátio da Faculdade de Direito, ainda com as arcadas em talha do velho convento que a abrigava até 1935. Pintura de Adrien Henri van Emelen.

A CRIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ACADÊMICA - AJA (1919)

A idéia

Em 1912, em artigo publicado na revista *O 11 de Agosto*, o aluno José Benício de Paiva (Turma de 1914) tornava pública a ideia que entusiasmava os estudantes, de criar-se uma assistência judiciária para os presos e necessitados.

“Nos círculos acadêmicos de nossa velha e querida Faculdade de Direito, nasceu e hoje corre, toma vulto, forma e cor na intensidade viva e palpitante dos sentimentos com que a mocidade sabe vestir e animar as idéias generosas e alevantadas, a lembrança digna de franca e entusiástica acolhida, de se fundar nesta Capital, uma Assistência Judiciária, com a colaboração e o apoio de todos os alunos daquele estabelecimento de ensino jurídico, e destinado, como aliás se depreende de sua própria denominação, a amparar, defender e patrocinar as causas abandonadas de réus pobres no júri desta cidade”.

J. Benício de Paiva. “Assistência Judiciária”. *O 11 de Agosto*, 1912, p.19.

Criação pioneira

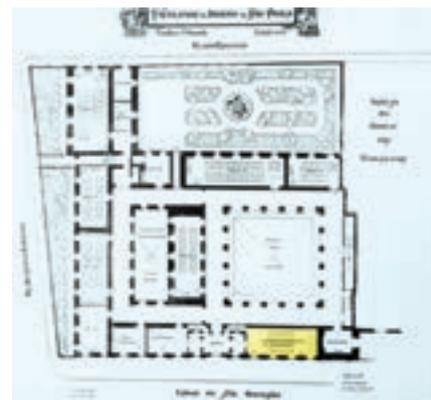
Em 9 de setembro de 1919 foi criada, pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, a Assistência Judiciária Acadêmica - AJA - com o objetivo de atender a população mais carente da cidade de São Paulo, colocando em prática o sonho dos estudantes da Academia. Antonio Carlos de Abreu Sodré (Turma de 1919), como Presidente do Centro Acadêmico, efetivou o projeto apresentado por Alcyr de Luné Porchat (Turma de 1927), segundo orador do Centro Acadêmico naquele ano.

A principal realização de Antônio Carlos de Abreu Sodré, à frente do Centro Acadêmico XI de Agosto, em 1919, foi a criação da Assistência Judiciária Acadêmica.



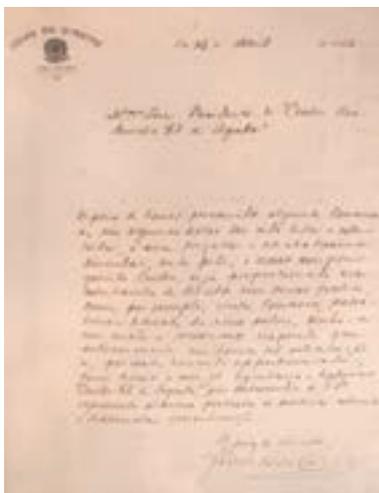
A AJA foi a primeira entidade no Brasil a prestar serviços jurídicos gratuitos à população de baixa renda. Em São Paulo, somente no ano seguinte ao da sua criação, é que veio a ser criada a assistência judiciária gratuita do Estado, por meio da Lei N. 1.763, de 1920, efetivamente instalada dois anos depois.

Assim, o trabalho realizado pela AJA foi pioneiro, fruto de muito empenho e dedicação dos estudantes da Faculdade, que contavam com escassos recursos, fornecidos apenas pelo Centro Acadêmico XI de Agosto.



Planta da Faculdade de Direito, de 1929, com indicação da sala que era então ocupada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto.

Os primeiros decênios: altos e baixos, incertezas e poucos registros



Correspondência enviada pelo Juiz João Paulo Castro, em 23 de abril de 1931, em apoio ao Centro Acadêmico XI de Agosto, para que os estudantes pudessem atender réus pobres. Arquivo da Faculdade de Direito-USP, Fundo Centro Acadêmico XI de Agosto.

Há poucos dados sobre a história da antiga Assistência Judiciária Acadêmica desde sua fundação, em 1919, até o final dos anos 1940. Foi um período marcado por altos e baixos, tendo chegado, ao que tudo indica, a beirar o abandono. Valeu, porém, a iniciativa havida pois em 1947 a Assistência foi refundada, sob a denominação de Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto (DJ) e ganhou novo fôlego.



Capa de *O 11 de Agosto*, edição de julho de 1912, que trazia um artigo de J. Benício de Paiva, manifestando o desejo dos estudantes de criar uma entidade de assistência jurídica para os menos favorecidos. Biblioteca da Faculdade de Direito-USP.

REFUNDAÇÃO COMO DEPARTAMENTO JURÍDICO DO CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO - DJ

Reestruturação e mudança de endereço



Na gestão de Ubirajara Keutenedjian (foto) à frente do Centro Acadêmico, a assistência judiciária gratuita foi refundada sob a denominação de Departamento Jurídico XI de Agosto. Os estudantes do 4º e 5º anos passaram a ter um espaço próprio na avenida Rangel Pestana, no 28, cedido por Keutenedjian, para realizar os atendimentos. Década de 1950

Em 1947, a Assistência Judiciária Acadêmica foi reestruturada e passou a ser denominada Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Instalou-se no número 28 da rua de Santa Teresa (via hoje não mais existente, que se prolongava na av. Rangel Pestana), em espaço cedido pelo então presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Ubirajara Keutenedjian.

A partir de então o Departamento Jurídico foi adquirindo prestígio, tornando-se uma referência em São Paulo, aumentando cada vez mais o número de casos atendidos. As necessidades financeiras, porém, também cresciam proporcionalmente.

Em 1949, o Departamento Jurídico conseguiu uma subvenção mensal da Reitoria da Universidade de São Paulo, no valor de 2.500 cruzeiros, que se manteve até 1957, conforme se pode verificar nos balanços da diretoria do XI publicados na revista *O Onze de Agosto*, do Centro Acadêmico. No início, este valor dava conta da maior parte das despesas do DJ – aluguel, limpeza e telefone –, porém em 1957 as despesas

começavam a exceder a subvenção, que, ao que consta, era a única fonte de renda do Departamento. Consta que esse repasse continuou até 1974, quando um esclarecimento dos estagiários do Departamento Jurídico aos colegas da Faculdade afirmou que as despesas de condomínio eram pagas “há mais de 10 anos pela Reitoria. (...)”. Esta subvenção, porém, deixou de ser oferecida e a Reitoria só voltaria a ceder verbas para o Departamento Jurídico na década seguinte.



Ao proporcionar atendimento gratuito aos mais pobres, as constantes atividades desenvolvidas no Departamento Jurídico ofereciam grandes possibilidades para o aprendizado prático dos acadêmicos do quarto e quinto ano. 1957

Visita do Presidente do Centro Acadêmico ao Departamento Jurídico. 1948



Atividades do Departamento Jurídico na rua de Santa Teresa. 1954



“Ao assumirmos as funções de Diretor do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, encontramos o mesmo muito mal instalado, à rua Santa Teresa, 28, 11º andar, sala 1106. A sala então ocupada pelo Departamento Jurídico, muito apropriada para um escritório comum, mas nunca para um Departamento, encontrava-se abarrotada e incômoda. (...)”

Na sala de espera, muito acanhada, mal cabiam oito clientes; conseqüentemente, filas formavam-se nos corredores do andar, ficando a maioria das pessoas, de pé. (...)”

À vista do espantoso aumento de pessoas que procuram o Departamento Jurídico, tornava-se cada vez mais imperiosa a mudança de suas instalações para um local mais apropriado, mais espaçoso, o que foi feito em 3 de junho de 1955. (...)”

Muitos estudantes procuravam o Departamento Jurídico (...). Depois da mudança para a rua Quintino Bocaiúva, novos elementos puderam ser admitidos, tendo atualmente o Departamento um total de quinze estagiários, inclusive o Diretor. Nas novas instalações, muitos

melhoramentos foram feitos. Assim, o Departamento Jurídico, que antes possuía apenas cinco escrivaninhas, duas mesas para máquina de escrever, três máquinas de escrever, três estantes, um armário e poucas cadeiras, possui hoje onze escrivaninhas, quatro mesas para máquinas, quatro máquinas de escrever, tendo uma, de marca ROYAL, vindo do extinto Departamento Feminino, cinco estantes, quatro armários, sendo um de aço, duas armações, formando duas salas, e muitas cadeiras...”

Relatório de Laudo Vella (Turma de 1955), Diretor do Departamento Jurídico, dirigido ao Presidente do Centro Acadêmico “XI de Agosto”, Luiz Carlos Pereira Barretto (Turma de 1955), ao final da gestão, em março de 1956. Arquivo da Faculdade de Direito-USP.

Campanha de arrecadação de fundos e nova mudança de endereço



Interior do Departamento Jurídico já na rua Quintino Bocaiúva. 1957

Após empreender uma campanha para arrecadação de fundos, em 3 de junho de 1955 o Departamento Jurídico adquiriu sede própria, instalando-se na Rua Quintino Bocaiúva, números 255 e 257.

Apoio da OAB-SP

Em 1957, houve uma doação 20 mil Cruzeiros da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, por intermédio do Conselheiro Francisco Emygdio Pereira Neto.



Francisco Emygdio Pereira Neto. S.d.

Parceria com a Prefeitura

Nesse período, as leis ordinárias municipais no 5.251, de 1957, e no 5.555, de 1958, concederam auxílios para o Centro Acadêmico. Verbas foram assim destinadas “ao Departamento Jurídico do Centro, para arcar com as despesas de manutenção da sede, honorários de advogados e auxiliares e outras despesas gerais, na salutar prática da advocacia gratuita, no atendimento aos menos favorecidos que necessitam recorrer à Justiça”. Como contrapartida, a Prefeitura ficava autorizada a firmar convênio com o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, no sentido de serem atendidos, por este, todos os casos jurídicos de pessoas desprovidas de recursos que lhe fossem encaminhados. O projeto de lei de 1957 foi de autoria de Coryntho Baldoíno Costa Junior (Turma de 1957).

O Departamento Jurídico permaneceu na rua Quintino Bocaiúva por cerca de 5 anos.

PRAÇA JOÃO MENDES, 62: O LUGAR DA SOLIDIFICAÇÃO E DA EXPANSÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO



Entrada do Edifício Jurídico, que abriga em seu 17º andar, a sede do DJ.
Foto: Claudio Wakahara

Em 1960, o Departamento Jurídico comprou os conjuntos 1801 e 1702 do Edifício Jurídico, situado na Praça João Mendes, n. 62, local onde se encontra até hoje estabelecido, fruto do empenho da gestão de 1958, presidida por Mario Lima, e de recursos doados pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares (presidente do Centro Acadêmico em 1905 e primeiro presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP).

Em 1987, o DJ passou por uma grande reforma, com verba da Reitoria, e apoio também do Diretor da Faculdade na época - Professor Dalmo de Abreu Dallari - e sua reinauguração se deu em 28 de agosto de 1987, contando com a presença de várias personalidades, inclusive do Reitor José Goldemberg.



Devido às irregularidades nas normas de segurança, em 1981, a Prefeitura ameaçou interditar as dependências do Departamento Jurídico. Apenas em 1987, com o apoio da Reitoria da USP e da Direção da Faculdade, foi realizada uma reforma geral na sede.

Convênios com a Prefeitura e o Estado - importantes ações de professores da Faculdade de Direito em prol do Departamento Jurídico

Em 1984, foi firmado o primeiro convenio entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Departamento Jurídico XI de Agosto, com apoio do Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, Professor José Afonso da Silva, e de seu assessor, professor Walter Piva Rodrigues (atual coordenador do DJ), ambos da Faculdade de Direito. O convênio estabelecia um sistema de reembolso pelas ações assumidas pelo DJ mediante prestação de contas. O convênio, porém, foi suspenso na gestão seguinte. Um novo convênio foi estabelecido em 1992, pelo novo Secretário de Negócios Jurídicos, Professor Dalmo Dallari, que era então Secretário dos Negócios Jurídicos e seus assessores Professor Walter Piva e Professor Otavio Pinto e Silva. O valor era de 80 salários mínimos mensalmente, com vigência de 6 meses prorrogáveis por

anterior, foi susgado na gestão municipal seguinte, tendo sido o último apoio da Prefeitura ao Departamento Jurídico XI de Agosto.

A relação com o governo do Estado teve início em 1986, ano em que foi firmado um acordo com a Secretaria de Estado da Justiça, que estabeleceu um repasse de recursos ao DJ de Cr\$ 1.500.000,00 mensais. Em 1º de dezembro de 1991, firmou-se convênio com a Procuradoria Geral do Estado no valor de Cr\$ 24.000.000,00 mensais, advindos do Fundo de Assistência Judiciária. Em 1995, o DJ passou a assumir oficialmente casos encaminhados pela Procuradoria de Assistência Judiciária, o que a partir de 2002 correspondia a 40 encaminhamentos por semana pela Procuradoria para o DJ. A parceria, no entanto, chegou ao fim em 2014.



A doação realizada pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares permitiu a aquisição de dois conjuntos no Edifício Jurídico.
Foto: Claudio Wakahara

Durante a reforma de 1987 o piso de madeira foi trocado, a madeira que revestia as paredes foi tirada, o teto e as instalações elétricas foram reparados, a pintura foi refeita e houve a instalação de baias.
Foto: Claudio Wakahara



Reinauguração do Departamento Jurídico após a reforma realizada em 1987.

Associação dos Amigos do Departamento Jurídico - AADJ

Em 1999 foi criada a Associação dos Amigos do Departamento Jurídico - AADJ -, formada por estagiários atuantes e antigos estagiários, bem como advogados, professores e simpatizantes do DJ, que se uniram com a missão de angariar e gerir contribuições para financiar as atividades do Departamento Jurídico, garantindo sua estabilidade e a melhoria de seus serviços e promovendo o contato entre todas as gerações de "dejotianos". Foram as atividades da AADJ que possibilitaram a expansão da sede em 2009.

Autonomia financeira do Departamento Jurídico

Finalmente, em 2002, o DJ conquistou autonomia administrativa e financeira - depois de muitos anos de dificuldades - passando a ter uma participação mensal nas receitas do Diretório Acadêmico do Onze, "inserindo-se no âmbito da política acadêmica como uma instituição financiada pelo movimento estudantil, por decisão dos próprios estudantes", de acordo com Rodrigo Ribeiro de Sousa, presidente do DJ em 2001.

MUITOS PASSOS NO CAMINHO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

1903 – Criação do Centro Acadêmico “XI de Agosto”.

1912 – Artigo publicado na revista *O Onze de Agosto* expressa a ideia dos estudantes de criar uma assistência jurídica gratuita para os presos e os mais necessitados.

1919 – 9 de setembro: Criação da Assistência Judiciária Acadêmica. Sede na Rua Riachuelo, nº 194 (Faculdade de Direito), onde ficaram até 1946.

1920 – 29 de dezembro: Lei Estadual n. 1.763, que organiza a Assistência Judiciária do Estado de São Paulo (efetivada em 1922).

1930 – 18 de novembro: Criação da Ordem dos Advogados do Brasil pelo Decreto n. 19.408, art. 17, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto n. 20.784, de 14 de dezembro de 1931, mantendo a figura do solicitador (que já existia desde o século XIX), autorizado ao exercício da profissão mesmo sem diploma, observados os requisitos necessários para tanto.

1933 – 20 de fevereiro: o Decreto n. 22.478, que consolida os dispositivos regulamentares da OAB, em seu artigo 14 faculta a estudantes de 4º e 5º ano de Faculdades de Direito a condição de solicitadores (correspondentes, na atualidade, aos estagiários inscritos na OAB). Para este fim era expedida a Carta de Solicitador. Era o que permitia a atuação profissional de estudantes integrados ao Departamento Jurídico XI de Agosto.



Assinatura da escritura dos dois conjuntos do Edifício Jurídico. Sentados, da esquerda para direita: Luiz Carlos Bettini, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto; o escrevente e Italo Antonio Pucci, um dos diretores do DJ. Em pé, da esquerda para a direita: Jamil Antonio, Maurício de Oliveira, Luiz Francisco Beltrame e Luiz Carlos Rocha Pinto. 23 de fevereiro de 1960.

O jornal *O Libertador*, dos estudantes da Faculdade de Direito de São Francisco, em sua edição de outubro de 1949, salientou o aumento e importância dos serviços prestados pelo Departamento Jurídico.



Artigo publicado no *O XI de Agosto*, Ano LV, no 2, Edição de Despedida da Gestão 1957/58.



As velhas arcadas em pintura de Adrien Henri van Emelen, anterior a 1935.



Logotipo do DJ, a partir de 1955, quando passou a ocupar uma sala na rua Quintino Bocaiuva. Arquivo da Faculdade de Direito-USP, Fundo Centro Acadêmico XI de Agosto.



Página do *Diário da Noite*, de 14 de agosto de 1969.

1947 – 17 de setembro: Refundação da Assistência Judiciária Acadêmica sob a denominação de Departamento Jurídico XI de Agosto.

1947 – O Departamento Jurídico instala-se à rua de Santa Teresa (via hoje não mais existente, que se prolongava na avenida Rangel Pestana), n. 28, 11º andar, sala 1106.

1949 – O Departamento Jurídico recebe subvenção da Reitoria da Universidade de São Paulo, mantida até por volta de 1974.

1955 – O Departamento Jurídico muda-se para a rua Quintino Bocaiuva, n. 255, 5ª sobreloja.

1956 – Visita do Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Alípio Corrêa Neto, ao Departamento Jurídico.

1957 – O Departamento Jurídico recebe subvenções da Prefeitura e da Ordem dos Advogados do Brasil.

1958 – 10 de abril: O Departamento Jurídico é reconhecido como entidade de utilidade pública municipal, declarada pelo Decreto n. 3.883.

1960 – O Departamento Jurídico adquire dois conjuntos no Edifício Jurídico, à Praça João Mendes, nº 62, 17º andar.

1963 – 27 de abril: O Estatuto da OAB, baixado pela Lei n. 4.215, extingue a figura do solicitador acadêmico. O Estatuto de 1994 viria a permitir novamente a atuação profissional de estudantes, sob a condição de estagiários.

1965 – Registro do Departamento Jurídico pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo. O DJ torna-se, assim, instituição legalmente reconhecida para atuar na advocacia como pessoa jurídica e os estágios que oferece são reconhecidos como estágios profissionais. Elaboração do Regulamento do Departamento Jurídico.

MUITOS PASSOS NO CAMINHO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

1980 – 5 de dezembro – O Departamento Jurídico é reconhecido como entidade de utilidade pública estadual, declarada pela Lei n. 2.574.

1984 – O Departamento Jurídico firma convênio para prestação de assistência judiciária subsidiada pela Prefeitura, que vigorou por algum tempo.

1986 – O Departamento Jurídico faz acordo com a Secretaria de Estado da Justiça, o que permite contratação de pessoal administrativo, concessão de bolsa-auxílio aos estagiários e pagamento de honorários aos advogados orientadores.

1987 – Reforma da sede do Departamento Jurídico com verba da Reitoria da USP. reinauguração em 28 de agosto de 1987, com a presença do Reitor da Universidade de São Paulo, Professor José Goldemberg.

1988-1989 – Constituição Federal e Constituição Estadual de São Paulo preveem criação da Defensoria Pública (efetivada somente com a Lei Complementar Estadual n. 988/2006).

1992 – Nova parceria com a Prefeitura, de curta duração.

1994 – 4 de julho - O novo Estatuto da OAB é instituído pela Lei Federal n. 8.906, que prevê a condição de estagiário para estudante do 4º e 5º ano de curso de Direito que comprove estar admitido em estágio profissional de advocacia.

1995 – O Departamento Jurídico firma nova parceria com a Procuradoria da Assistência Judiciária, mantida até 2006.



O Departamento Jurídico XI de Agosto, desde o princípio, é administrado apenas por alunos da São Francisco, que compõem tanto o corpo de estagiários quanto a diretoria. Década de 2010



Entrevista com a presidente do Departamento Jurídico, Mônica Bierwagen, em 1994.

Sala onde são realizadas as distribuições de tarefas. 2019. Foto: Claudio Wakahara



Biblioteca do DJ. Década de 2000



Realização de atendimentos. 2019. Foto: Claudio Wakahara

1997 – O Departamento Jurídico passa a receber verbas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP.

1999 – 21 de outubro – Criação da Associação dos Amigos do Departamento Jurídico - AADJ.

1999 – O Departamento Jurídico passa a ser beneficiário dos rendimentos de títulos da antiga Fepasa, a que tinha Direito o Centro Acadêmico, por decisão dos estudantes.

2001 – Primeira parceria com um escritório de advocacia – Pinheiro Neto Advogados –, o que gera repasses mensais de verbas ao Departamento Jurídico.

2001 – Nova reforma da sede do Departamento Jurídico.

2002 – O Departamento Jurídico conquista autonomia financeira ao passar a ter participação mensal nas receitas do Diretório do Centro Acadêmico, por decisão dos estudantes.

2007 – Implantação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão com o qual o Departamento Jurídico mantém convênio.

2009 – Aquisição de novo conjunto de escritórios, ampliando a área do Departamento Jurídico de 194 para 300 metros quadrados, por meio de apoio da Associação de Amigos do Departamento Jurídico e do Escritório Levy & Salomão.

2015 – O Departamento Jurídico XI de Agosto torna-se pessoa jurídica independente, com CNPJ próprio, desvinculando-se, assim, do Centro Acadêmico, mas mantendo com a Faculdade de Direito a ligação que é intrínseca à sua história. Ser estudante da Faculdade de Direito da USP continua sendo requisito para estagiar no Departamento Jurídico XI de Agosto.

2018 – Nova reforma nas instalações do Departamento Jurídico, financiada pelo Rotary Club. A reabertura do espaço conta com a presença do Reitor da Universidade de São Paulo, Vahan Agopyan, e do Diretor da Faculdade de Direito, Floriano de Azevedo Marques Neto, antigo estagiário do DJ.

O ESTÁGIO DO ESTUDANTE DA SÃO FRANCISCO NO DEPARTAMENTO JURÍDICO XI DE AGOSTO

O Departamento Jurídico XI de Agosto é formado exclusivamente por alunos e antigos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com exceção apenas dos advogados colaboradores, que podem ser egressos de outras Faculdades de Direito, e dos funcionários.



Paulo Gerab estagiou no DJ até 1957, quando se formou. Tornou-se orientador a partir de 1961 e permaneceu nesta atividade por muitos anos.

Estagiários administrativos

No começo do ano letivo, o DJ recebe, em média, a inscrição de mais de 200 calouros, que disputam 50 vagas de estágio administrativo, destinadas a alunos do primeiro ano. Como atividades, os estagiários administrativos fazem o primeiro atendimento aos clientes, acompanham os estagiários plantonistas e cuidam da biblioteca, além de outras funções administrativas. A partir do 2º semestre de 2019, esse estágio passou a incluir diligências em fóruns.



Jayme Kawas formou-se pela Faculdade de Direito da USP, em 1953, e foi o primeiro advogado orientador do DJ. Na foto, aparece à direita com a mão na cintura. 1957



Estagiários no DJ. Década de 1990



O Departamento Jurídico oferece justiça gratuita. Década de 2010



Atendimento individual realizado pelo Departamento Jurídico. Década de 2010. Foto: Cecília Bastos

Estagiários plantonistas

Os estagiários plantonistas são selecionados entre os estagiários já atuantes e estudantes a partir do 3º ano do curso. Atendem os clientes e, sob orientação e responsabilidade dos advogados orientadores, elaboram as peças judiciais.

Estagiários aprendizes

A partir do 3º semestre do curso, qualquer aluno da São Francisco pode pleitear uma vaga de estagiário aprendiz. É um novo tipo de estágio, atualmente em fase de implantação. Vem substituir o antigo estágio de campo, como parte do programa de formação jurídica, que dá mais ênfase ao aprendizado teórico a partir da atuação prática.

Divulgação dos estágios

Toda a divulgação de oportunidades de estágios é feita *on line*. Normalmente, é lançada pelo grupo da Faculdade no *Facebook* e pela página do DJ nessa rede social, por volta de dois meses antes do começo previsto para as atividades dos novos estagiários.

Alguns dos advogados orientadores que marcaram época:

- Jayme Kawas (Turma de 1952)
- Miguel Aldrovando Aith (Turma de 1957)
- Paulo Gerab (Turma de 1957)
- Alice Soares Ferreira (Turma de 1970)

Visita do ex-estagiário José Antônio Dias Tofofli, atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, ao Departamento Jurídico XI de Agosto. Década de 2010



DO ESTÁGIO NO DJ À DIREÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO

Ivette Senise Ferreira



Ivette Senise Ferreira, em sua posse como Diretora da Faculdade de Direito e em seu tempo de estudante.

Estudante do 4º ano em 1956, ingressou no Departamento Jurídico XI de Agosto para um estágio na Penitenciária feminina no Carandiru. Prestou relevantes serviços atendendo às detentas, que eram um dos grupos sociais mais carentes de orientação e defesa jurídica. O estágio, por sua vez, foi de grande valia para seu aprendizado e seu encaminhamento à área de Direito Penal. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se advogada, professora de Direito Penal e mais tarde Diretora da Faculdade de Direito (gestão 1998-2002).

Antonio Magalhães Gomes Filho



Antonio Magalhães Gomes Filho como Diretor e em seu tempo de estudante.

Estudante do 5º ano em 1969, ingressou no Departamento Jurídico XI de Agosto para um estágio no qual pôde ter experiência prática no campo do Direito Penal e Processual Penal, que eram seu maior interesse. Pôde atuar intensamente como advogado, atendendo pessoas necessitadas de assistência jurídica e judiciária no campo criminal. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se promotor de justiça, procurador, professor de Direito Processual Penal e mais tarde Diretor da Faculdade de Direito (gestão 2010-2014).

Floriano de Azevedo Marques Neto



Floriano de Azevedo Marques Neto como Diretor e em seu tempo de estudante.

Estudante de 1986 a 1990, ingressou no Departamento Jurídico XI de Agosto para um estágio no qual, ao oferecer assistência jurídica e judiciária aos necessitados, pôde ter valiosa experiência prática profissional. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado, professor de Direito do Estado e mais tarde Diretor da Faculdade de Direito (gestão 2018-atual).

DO ESTÁGIO NO DJ ÀS MAIS ALTAS CORTES DO BRASIL E DO EXTERIOR



À porta da Faculdade de Direito, os estudantes Toffoli (à esquerda) e Floriano (à direita), tendo ao centro um imitador do então Presidente da República José Sarney.

José Antonio Dias Toffoli



José Antonio Dias Toffoli como Ministro do Supremo Tribunal Federal (Foto: Banco de Imagens/STF) e em seu tempo de estudante.

Estudante da São Francisco de 1986 a 1990, ingressou como estagiário no Departamento Jurídico XI de Agosto em 1989, quando era aluno do 4º ano. Como estagiário atuou fortemente para resolver problemas de moradia, especialmente no que diz respeito a aluguéis em cortiços instalados em velhos edifícios no centro da cidade e na baixada do Glicério. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sidnei Agostinho Beneti



Sidnei Agostinho Beneti como Ministro do Superior Tribunal de Justiça e em seu tempo de estudante.

Estudante da São Francisco de 1964 a 1968, foi estagiário do Departamento Jurídico XI de Agosto nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se livre-docente pela Faculdade de Direito e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sylvia Helena de Figueiredo Steiner



Estudante da São Francisco de 1972 a 1976, foi estagiária no Departamento Jurídico XI de Agosto a partir de 1975, quando estava no 3º ano, dedicando-se, desde então, à área criminal. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se membro da Corte Internacional Penal de Haia.

DO ESTÁGIO NO DJ À DOCÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO (I)

Todos os professores aqui citados, que em seu tempo de estudantes foram estagiários do Departamento Jurídico, além de docentes, são hoje atuantes nos mais representativos conselhos, organismos e instituições nacionais e internacionais de seus campos de especialidade.



Fábio Nusdeo

Fábio Nusdeo

Estudante da São Francisco de 1957 a 1961, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado e professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito.

Silmara Juny de Abreu Chinellato

Estudante da São Francisco de 1967 a 1971, foi estagiária do Departamento Jurídico nesse período. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se procuradora do Município, procuradora do Estado e professora de Direito Civil da Faculdade de Direito.



Silmara Juny de Abreu Chinellato

Sérgio Salomão Shecaira



Sérgio Salomão Shecaira

Estudante da São Francisco de 1978 a 1982, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período, atuando principalmente na área criminal. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado e professor de Direito Penal da Faculdade de Direito.

Carlos Alberto Salles

Estudante da São Francisco de 1982 a 1986, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se promotor de justiça, procurador, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e professor de Direito Processual da Faculdade de Direito.



Carlos Alberto Salles



Otávio Pinto e Silva

Otávio Pinto e Silva

Estudante da São Francisco de 1983 a 1987, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado trabalhista e professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito.

Maria Paula Dallari Bucci

Estudante da São Francisco de 1983 a 1987, foi estagiária do Departamento Jurídico nesse período e, em 1986, sua diretora. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se gestora pública e professora de Direito do Estado da Faculdade de Direito.

Maria Paula Dallari Bucci



Darcio Roberto Martins Rodrigues



Darcio Roberto Martins Rodrigues

Estudante de 1987 a 1991, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se professor de Direito Civil da Faculdade de Direito.

DO ESTÁGIO NO DJ À DOCÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO (II)

Todos os professores aqui citados, que em seu tempo de estudantes foram estagiários do Departamento Jurídico, além de docentes, são hoje atuantes nos mais representativos conselhos, organismos e instituições nacionais e internacionais de seus campos de especialidade.



Ana Maria de Oliveira Nusdeo

Ana Maria de Oliveira Nusdeo

Estudante da São Francisco de 1988 a 1992, foi estagiária do Departamento Jurídico nesse período. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se professora de Direito Ambiental da Faculdade de Direito.



Francisco Satiro de Souza Junior

Francisco Satiro de Souza Junior

Estudante de 1989 a 1993, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito.

Enéas de Oliveira Matos



Enéas de Oliveira Matos

Estudante de 1992 a 1996, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado e professor de Direito Civil da Faculdade de Direito.

Ana Elisa Liberatore Silva Bechara

Estudante da São Francisco de 1994 a 1998, foi estagiária do Departamento Jurídico nesse período. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se professora de Direito Penal da Faculdade de Direito.

Ana Elisa Liberatore Silva Bechara



Mariângela Gama de Magalhães Gomes



Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Estudante da São Francisco de 1994 a 1998, foi estagiária do Departamento Jurídico nesse período. A antiga estagiária do DJ depois tornou-se advogada e professora de Direito Penal da Faculdade de Direito.

Pierpaolo Bottini

Estudante da São Francisco de 1994 a 1998, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se advogado e professor de Direito Penal da Faculdade de Direito.



Pierpaolo Bottini



Eduardo Tomasevicius Filho



Eduardo Tomasevicius Filho

Estudante de 1997 a 2001, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se professor de Direito Civil e História do Direito da Faculdade de Direito.

Rafael Mafei Rabelo Queiroz



Rafael Mafei Rabelo Queiroz

Estudante de 1998 a 2002, foi estagiário do Departamento Jurídico nesse período. O antigo estagiário do DJ depois tornou-se professor de Filosofia e Teoria do Direito da Faculdade de Direito.

AMOR À CASA: OS FUNCIONÁRIOS

Ao longo destes 100 anos, dezenas de funcionários ajudaram a estruturar a trajetória do Departamento Jurídico XI de Agosto. Devido às diversas crises pelas quais a instituição passou não foi possível que todos os cargos e atribuições pudessem ser ocupados continuamente. Nas atividades cotidianas, de forma intermitente, os estagiários contaram com a valiosa contribuição de secretários, assistentes diversos, telefonistas, contadores, pessoal de limpeza e office boys.

É importante assinalar o inestimável apoio de muitos deles que, em épocas adversas, tiveram atos de profundo desprendimento e compromisso com a entidade, acumulando atividades e trabalhando até mesmo sem rendimentos para garantir o atendimento à população carente. Atualmente, o Departamento Jurídico dispõe de seis funcionários.



Dona Lindaura, Wilsinho, (?), Seo Zé e Dona Ana na biblioteca do DJ. Década de 2010



Vitão, Wilsinho, Dona Ana e Seo Zé, o responsável pelo cafezinho da tarde. Década de 2010

Quando comemora seu centenário, o D. J. conta com Dona Ana Oliveira, responsável pelos atendimentos telefônicos, por falar com os advogados colaboradores e trabalhos como secretária; Dona Lindaura Bispo de Oliveira, que atua nos serviços de faxina; o Senhor José Clemente da Silva, que além das atividades de limpeza, realiza serviços administrativos e faz o cafezinho da tarde. Acaba de ingressar nos quadros a assistente social Josikele Pereira Ramos.

Desde a década de 1970, Wilson José da Silva Xavier, o Wilsinho, e Benedito Vitor Januário dos Santos, o Vitão, estão presentes na memória de todos que estagiaram no Departamento Jurídico, seja pelo carisma de cada um ou pelos anos de dedicação. Mais que funcionários e parceiros dos futuros advogados, tornaram-se praticamente um símbolo da entidade e de todos aqueles que auxiliaram em sua construção no último século.



Dona Ana passou a integrar o quadro do DJ em 2012. Década de 2010

Vitão está no DJ desde 1978, e além de suas atividades cotidianas, é conhecido por ser um dos animadores da tradicional Peruada, festa dos estudantes da Faculdade de Direito.



Wilsinho e Vitão. Wilsinho é o funcionário mais antigo do DJ, tendo chegado em 1972. Atualmente responde pela contabilidade e auxilia a tesouraria nas prestações de contas e balanços financeiros. Década de 2000



O DEPARTAMENTO JURÍDICO EM NÚMEROS

Marcos Históricos

1919 - Primeira entidade no Brasil a prestar serviços jurídicos e judiciários gratuitos à população de baixa renda.

2014 - A Associação Amigos do Departamento Jurídico declarou já ter feito o cadastro de mais de 2.300 antigos estagiários e estagiárias do DJ.



A "roda" quando são distribuídas as tarefas entre os estagiários. Década de 2010



Os estagiários realizam um trabalho árduo para dar conta de todo atendimento necessário a quem os procura. Década de 2010



Departamento Jurídico recebe da Câmara Municipal de São Paulo, o Prêmio Chico Xavier, um reconhecimento por ações humanitárias. Ao centro (de gravata), o atual presidente do DJ, o quintanista João Aguiar. 2019

Número de atendimentos e casos acompanhados

1947 - 30 causas patrocinadas.

1949 - 80 causas concluídas.

1950 - 114 causas patrocinadas.

1953 - 678 causas patrocinadas.

1954 - 1.024 causas patrocinadas.

1956 - cerca de 3.000 atendimentos. Média de 30 processos por semana.

1960 (primeiro semestre) - 4.200 casos atendidos.

1968 - 5.760 pessoas assistidas.

1990 - com a crise ainda não solucionada, o número de atendimentos chegou a 80 por dia.

2007 - 1.156 casos acompanhados.

2010 - mais de 2.500 causas patrocinadas, atendendo mensalmente a mais de 200 novos assistidos. Em média, 6 orientações jurídicas por dia.

2018 - 1.068 novos atendimentos. Foram realizadas 120 orientações por mês para a população com renda familiar de até três salários mínimos. Cerca de 270 novos processos foram ajuizados, os quais se somaram aos mais de 3.000 já patrocinados pela instituição. Realizaram-se, ainda, cerca de 90 mediações no Departamento Jurídico, através da parceria com o Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil. Além disso, o DJ atua em mais de 400 audiências anualmente.

DOADORES ATUAIS

Pessoa jurídica:

Levy & Salomão Advogados
Machado Meyer Advogados
Pinheiro Neto Advogados
COSAN
Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques - Sociedade de Advogados
Vaz, Buranello, Shingaki & Oioli Advogados
Demarest Advogados
PVG - Periman Vidigal Godoy Advogados
Aprigliano Advogados
Lucon Advogados

Pessoa física:

Luis Gustavo Haddad
Celso Fernandes Campilongo
Kiyomori André Galvão Mori
Otávio Pinto e Silva

Recursos Humanos

1947 - 4 diretores.

1949 - 12 solicitadores.

1955 - 15 membros, sendo 7 estagiários, 7 membros da diretoria e 1 advogado orientador. Com a nova sede, o número de estagiários passou para 25.

1985 - 43 estagiários e 8 orientadores, 5 funcionários.

1990 - 70 estagiários do 4º e 5º anos, 120 estagiários de 2º e 3º anos.

2010 - mais de 300 integrantes: 242 estagiários, 14 Advogados Orientadores, 32 Advogados Colaboradores e 4 funcionários.

2018: 40 estagiários administrativos, 30 estagiários de campo, 200 estagiários plantonistas, 5 coordenadores, 15 membros divididos em 6 diretorias: administrativa, de estágio, geral, de recursos humanos, de relações públicas e tesouraria; 5 funcionários, 13 advogados orientadores e mais de 20 advogados colaboradores.



Atendimento realizado pelo Departamento Jurídico. 2019. Foto Claudio Wakahara